

Entre Teoria da Comunicação e Teoria da Mídia? Uma leitura crítica de Francisco Rüdiger

Ednei de Genaro¹

Resumo

A partir das reflexões e proposições de F. Rüdiger sobre as 'teorias das comunicação' ("As teorias da comunicação", 2011), realizamos uma avaliação indagatória e debatedora sobre a epistemologia da comunicação. Três pontos decisivos de debate são isolados em nossa explanação crítica: 1) a questão da '*natureza humana*'; 2) os limites do argumento tradicional de *determinismo técnico*; 3) as novas formas de definir o *comunicar*. Os pontos nos levam a imaginar uma situação menos cindida entre as hoje chamadas teoria da comunicação e teoria da mídia.

Palavras-chave: Epistemologia da comunicação; antropotécnica; complementaridade técnica; nova comunicação.

Introdução

Francisco Rüdiger contribui, mais uma vez, com um livro que nos ajuda a compreender os legados históricos e as diferentes perspectivas filosóficas e científicas para pensar o "campo da comunicação". E, não obstante este saldo compreensivo e didático, temos também no livro reflexões e posições próprias do autor em relação ao campo (no qual o professor Rüdiger se dedica a refletir epistemologicamente há vários anos). O diálogo franco e com propriedade talvez seja um dos pontos mais fortes da obra.

Em sua resposta a carta de Heidegger sobre o humanismo, o filósofo Sloterdijk lembrou bem o que vem a ser desde sempre o humanismo: são cartas endereçadas aos "amigos"; os livros seriam apenas cartas "mais longas". Não tivesse os romanos a vontade de *receber* e *interpretar* os escritos gregos "como se fossem cartas a amigos da Itália", nada teria prosseguido (SLOTERDIJK, 2000).

O livro de Rüdiger é, pois, uma carta 'poderosa', haja vista a natureza de ser um compêndio histórico sobre conversas do passado.

¹ Doutorando em Comunicação pela UFF. Mestre em Sociologia Política - UFSC (bolsista CAPES).

De tal modo, mais do que uma rotina de reduzir e reafirmar as escolas, estruturas, descrições e análises que o autor evoca como representativa para as “teorias da comunicação” (como se faz naturalmente em uma resenha), aqui parece ser importante tentar receber, interpretar e tentar avançar em pontos fundamentais do debate provocado, dando assim um valor mais justo ao livro. Após apresentar a obra, estenderei pontos de vistas que notam insuficiências e divergências em relação a ele. Espera-se, com isso, ajudar com produtivos debates em epistemologia da comunicação.

Realizemos, primeiro, uma breve viagem às teorias da comunicação.

As ‘teorias da comunicação’ de Rüdiger

A abertura do livro e o *capítulo 1* (intitulado “*Fundamentos gerais da problemática teórica da comunicação*”) são diretamente voltados para tentar entender a epistemologia que envolve a Comunicação. O autor assevera o *a priori* sociológico que justifica a Comunicação: “o homem não vive sem comunicação”. Tal seria o fundamento que dá sentido e serve para a construção da Comunicação como uma “categoria sociológica e filosófica autônoma” (RÜDIGER, 2011, p.3). Desejando, pois, estar mais perto da filosofia social e do pensamento sociológico, o autor deixa, desde já, bem claro: comunicação, a princípio, não tem nada a ver com tecnologias, com ciências cognitivas, com as confusões entre a comunicação mediada e social etc.

Não será pelos meios, usos e aplicações do campo da Comunicação que iremos desvendar qual o cerne da disciplina. Na busca pelo “estado puro” da Comunicação, Rüdiger vai afastando todos os campos ‘auxiliares’ que tornam amplo e multidisciplinar a Comunicação e, de tal maneira, aumentam a neblina no caminho para encontrar o verdadeiro “rosto” da Comunicação. O livro preocupa-se então com a diferenciação da teoria da comunicação com: a publicística, com o estudo da mídia, a semiótica, o jornalismo. Convém notar: a publicística, pegando a definição emprestada de Franz Dröge, não seria

outra coisa que os estudos interdisciplinares e especializados de todas as formas de comunicação pública (idem, p. 9). O estudo da mídia, não sendo “ciência” em um sentido rigoroso (que infelizmente Rüdiger não evidencia), entraria como campo especializado da Comunicação, voltado para pesquisas com as mediações tecnológicas. A semiótica estaria como uma disciplina auxiliar da publicística e da teoria da comunicação e que, por sinal, pouco entraria nos fundamentos da “vida concreta” e da interpretação sóciohistórica (idem, p.11). Por fim, o jornalismo se definiria mais como uma tecnologia ou arte dentro dos processos comunicativos...

Para Rüdiger, um terrível erro dos teóricos foi a maneira ingênua com que eles associaram a comunicação social com os meios de comunicação, pois são coisas com formas analíticas e originárias diferentes. A comunicação seria algo que *precede* os meios de comunicação. Para ele, se pegássemos um filósofo social como G. Tarde ou A. Small veríamos que já estava exposto que a comunicação vem antes dos “meios de comunicação”... Foi no século XX que a confusão se tornou forte, levando a obscurecer que, cintando agora, “a comunicação representa um processo social primário, com relação ao qual os chamados meios de comunicação de massa são simplesmente a mediação tecnológica: em suas extremidades estão sempre as pessoas, o mundo da vida em sociedade” (idem, p.16).

Comunicação, nestes termos, é “reservado à interação humana, à troca de mensagens entre os seres humanos, seja quais forem os aparatos responsáveis por sua mediação” (idem, ibidem). Independente da “técnica”, a estrutura, função e sentido do ato de *comunicar* são pensados por base antropomórfica e cultural.

A área da Comunicação, mesmo tendo uma demarcação, não se apartaria como uma “ciência”, mas como um projeto de pesquisa multidisciplinar, com respaldos filosóficos, históricos e sociológicos. No livro, os esclarecimentos do que vem a ser *comunicar* agencia a crítica ao “modelo cibernético” (exposto por C. Shannon e W. Weaver) que imperou no início do século. Os deficits filosóficos, históricos e hermêuticos do modelo são destacados: o comunicar transcende a

simples troca de informações; ocorre dentro de um universo humanístico; e está sempre inserido em determinações histórico-culturais e existenciais. A primeira fase do modelo cibernético deixaria um legado importante para entender o conceito de informação. No entanto, ao mesmo tempo, pecaria em reduzir a comunicação dentro de uma teoria da informação.

No *capítulo 2*, “A escola de Chicago e o interacionismo simbólico”, Rüdiger destaca o peso que a escola deu para a estrutura simbólica que organiza a comunicação e, tão logo, a sociedade. Autores como C. Cooley, G. Mead e R. Park teriam mostrado a dupla tendência que exercem e modificam os *símbolos*: a de socialização (como fator de estruturação) e a de individualização (como fator de renovação). Uma das contribuições mais importantes aqui foi revelar que a comunicação não é simples transmissão mecânica de símbolos, mas mecanismo pelo qual existem e se desenvolvem a partir das relações sociais.

À parte os autores citados, teríamos o legado de Hugh Duncan, uma vez que este enfatizou o poder cognitivo que está presente nas interações simbólicas: os símbolos são tanto fontes de significação como esquemas de ação, no qual mantêm certas relações de poder. Harry Pross, na mesma linha de politização do interacionismo simbólico no campo da Comunicação, assentou aportes para pensar a relação e os meios de comunicação de massa. Pross sublinhou como os sistemas de mídia não são neutros (simples aparatos tecnológicos), mas responsáveis por criação de hábitos, rotinas, disciplinas e, mesmo, por ‘violências simbólicas’.

O paradigma funcionalista é destacado no *capítulo 3*. Enquanto os sociólogos da escola de Chicago depositaram no conceito de símbolo a base para organizar a comunicação/sociedade, os funcionalistas ativeram no conceito de *sistema*. A ação social se estrutura em sistema, e os sistemas sociais não podem se constituir sem comunicação (sendo, no contemporâneo, caracterizadas pela mediação das diversas formas de mídia). Para Rüdiger, teóricos como H. Lasswell, W. Lippmann, E. Bernay foram pioneiros em estudar como as ações sociais das mídias de difusão estruturam e mantêm em equilíbrio o funcionamento sistêmico

da sociedade. Lippmann e Bernay, especificamente, foram emblemáticos por demonstrarem como as pessoas são incapazes de agir sem os sistemas de mídia formadores de opinião.

Como esclarece Rüdiger, em N. Luhmann, um dos autores mais ricos desta escola, “a comunicação é um meio de agir sobre os outros para obtermos a satisfação de nossas necessidades, constitui um processo intencional, pelo qual as pessoas influenciam o comportamento dos demais, levando-os a realizar certas ações cuja premissa não se encontra em sua própria motivação, mas na mensagem que recebem de seu semelhante, e isso no quadro de interações sucessivas, que determinam a formação de verdadeiros sistemas de ação social” (idem, p.57). No processo comunicacional há sempre a “realimentação”, para usar termos caros aos funcionalistas.

A comunicação de massa cria novas estruturas de sentido (e não simplesmente “influencia” as pessoas). As mediações tecnológicas não se reduzem a “veículos de transmissão”. Elas são distribuidoras de estruturas de sentido e mecanismo de coordenação social. O avanço do funcionalismo de Luhmann permaneceria, precisamente, em ter formulado uma teoria da mídia como processual, sistemática e generalizada que distingue e relaciona a comunicação de massa e a conversação pública. Para isso, coube ao autor diferenciar entre as mídias de difusão (de massa) e as mídias de intercâmbio. As mídias de intercâmbio, em resumo, seriam o resultado imediato e complexizador do alastramento das mídias de difusão, no qual as conversações públicas aparecem, criando especializações e (re)estruturas de sentido necessárias para o sucesso da comunicação.

O paradigma materialista é a terceira tradição de pensamento abordada no livro. Para tanto, o livro se estende pelos *capítulos 4 e 5*, uma vez que a obra de J. Habermas tem um capítulo especial.

O paradigma materialista, escreve Rüdiger (idem, p.78), despertou para o entendimento da comunicação como um processo de generalização simbólica da praxis humana, satisfazendo como mediação do amplo processo de reprodução da materialidade da vida social. Em síntese, aqui “a comunicação é a forma por meio da qual, desigual e

contraditoriamente, a consciência se expressa no mundo histórico” (idem, p.78), podendo ela ser fonte de alienação ou de conscientização do homem.

Sob o legado das obras de Marx e Engels, a comunicação torna-se uma condição de possibilidade de interação social. Em um primeiro momento, teriam sido decisivos os aportes de M. Bakhtin e A. Schaff para desenvolver o paradigma na área, pois haviam procurado evidenciar a relação da comunicação com a divisão do trabalho e com a realidade histórica e cultural da sociedade. A conclusão dos autores não poderia ser outra: “os indivíduos não interagem como seres separados e isolados, cujo contato só surge com a comunicação, mas, antes, como sujeitos sociais, que colaboram na produção dos seus meios materiais de vida” (idem, p.85).

H. M. Enzensberger e R. Barbrook se destacariam como estudiosos marxistas das ‘novas forças comunicativas’ com os desenvolvimentos tecnológicos. A imprensa, rádio, televisão, internet etc. foram questionadas como meios de padronização da consciência, uma vez que as redes técnicas serviriam como meios de circulação das estruturas ideológicas do capitalismo.

O teórico crítico J. Habermas é, derradeiramente, o expoente mais importante para o paradigma, uma vez que passando pelas contribuições de T. Adorno e M. Horkheimer, assegurou uma perspectiva inovadora para pensar a relação da comunicação com a emancipação social. Rüdiger lembra que, antes de Habermas, Adorno & Horkheimer haviam se tornado pessimistas em relação aos rumos da comunicação de massa e a categoria comunicação em si mesma (seriam “barreira” para o entendimento dos humanos entre si e mistificação ideológica comprometida com a dominação social e da natureza). Habermas veio mudar essa perspectiva, expondo como a comunicação poderia servir para a “reconstrução” da vida social a partir de sua conhecida distinção entre razão comunicativa e razão instrumental.

Habermas construiu uma alentada teoria da ação comunicativa (que Rüdiger esmiuça atentamente) e veio também propor um roteiro

para pensar as mídias de comunicação contemporâneas. No livro, destaca-se, então, a distinção entre as *formas generalizadas de comunicação* (guiadas por redes de influência e engajamento valorativo) e os *meios sistêmicos de comunicação* (guiadas por atividades normativas e pelo cálculo egocêntrico de utilidade), e nota, pois, um importante paradoxo habermasiano: o desenvolvimento das formas generalizadas de comunicação “cria as condições para a verificação de sucessivos progressos nos processos de reprodução material do mundo da vida, que culminam, porém, no surgimento de complexos funcionais de ação, regulados cada vez mais por meios sistêmicos de comunicação” (idem, p.110). Na conclusão do filósofo (imprescindível para a visão de Rüdiger), as tecnologias de comunicação expressariam apenas as infraestruturas que guardam um antagonismo somente resolvido na *práxis da comunicação*.

No *capítulo 6*, a última escola de pensamento abordada é a do paradigma midiológico. Rüdiger dedica-se inicialmente a uma apresentação de “Wiener, McLuhan e herdeiros”. Nos autores deste paradigma, a contribuição estaria na aprofundada análise da cibernética com vista a destacar a crise da conversação social no qual se assentava as sociedades tradicionais. McLuhan provocaria uma revisão histórica para olhar mais atentamente o papel das tecnologias na “extensão do homem” e na construção de um universo social.

Na apresentação das ideias de H. Innis (e M. McLuhan), fundadores da “Escola de Toronto”, Rüdiger movimenta questionamentos sobre o caráter técnico impresso ao simbólico; ao descarte da teoria social ou, ainda; ao primado da materialidade na definição da comunicação. Os fundadores teriam sido tão influentes ao ponto em que, nos autores pós-McLuhan (representados por D. Kherckhove, V. Flusser, F. Kittler, S. Lash, J. Baudrillard, P. Virilio, e tantos outros), “a comunicação não tem a ver com o processo social” (idem, p.130), pois a situação se dissolveria na “reprodução tecnológica”.

Uma observação crítica permeia toda a apresentação do paradigma midiológico e, de fato, levanta um debate fundamental, no

qual, derradeiramente, a área penderia entre a “teoria da comunicação” e a “teoria da mídia”. Ele escreve: “(...) vimos que a comunicação representa, em essência, um processo social primário, por mais que, paralelamente, também seja passível de mediação por alguma tecnologia maquinística” (idem, p.115). A objeção fica explícita, tão logo que as tecnologias da comunicação deveriam ser sempre subordinadas “no âmbito da estrutura e do sentido da conversação social, do diálogo cotidiano e ordinário da sociedade” (idem, ibidem).

Na visão das teorias da comunicação de Rüdiger (que se arremata na *Conclusão*), os autores do paradigma midiológico – com exceção de poucos, como um L. Sfez ou D. Wolton –, apesar de contribuírem estudando minuciosamente a “natureza da técnica”, enfatizariam um ‘imperialismo tecnológico’ que colocaria em xeque a ideia de que é preciso uma teoria da sociedade para se ter uma teoria da comunicação. De tal modo, uma posição de crítica e descrédito em relação às teorias da mídia seria indispensável, uma vez que, desde a clássica obra de Umberto Eco, “Apocalípticos e Integrados”, apontar-se-ia – tanto dentro dos direitistas como dos esquerdistas – um determinismo tecnológico aplicado à cultura e à história, e uma substituição da teoria da comunicação pela teoria da mídia.

Ocorre que, na preocupação de preservar a crítica materialista e garantir uma não visão não “adesista”, que evite a “reificação da tecnologia”, Rüdiger faz uma marginalização redutora dos ricos e variados autores “ensacolados” no último capítulo.

O problema aqui é sintomático e, veja-se, coeso com as filiações teóricas, de longa data, do autor. Ora, “a comunicação é um processo social que, conforme viu boa parte da teoria social moderna, envolve interpretação, pressupõe a mediação de símbolos, reproduz um senso comum e contém um bom-senso, refratário à tecnificação” (idem, p.135). O “mutismo da comunicação” (idem, p.141), dado ao emprego de “linguagens mercantis”, abarcaria, cada vez menos social, o sentido estético, político e moral... E, enfim, a falta de ênfase da racionalidade comunicativa na constituição e distribuição do poder na esfera pública apenas confundiria a localização do poder em outros lugares (na

“técnica”, na “comunicação” etc., ao invés da exploração econômica, do fetichismo da mercadoria, etc.).

No livro, os adeptos ao paradigma midiológico parecem estar encobertos pelos ‘espólios mcluhianos’, no qual ficariam pouco afeitos a uma filosofia da história e a procedimentos sócio-políticos.

A crítica não é diferente da realizada por COHN (1980), décadas atrás. Penso que a decisiva e severa separação entre a “teoria da mídia” com a “teoria social e cultural” parece empacar, em muito, os exemplos de renovação no campo da Comunicação. Acredito que três pontos fundamentais podem mostrar isso e finalizam meus comentários.

Entre teoria da comunicação e teoria da mídia?

O primeiro ponto seria a não abertura quanto aos novos entendimentos da dita “natureza humana”. Gesticulando dentro de uma visão do marxismo, Rüdiger permanece na teoria do sujeito que enaltece o “ser social” hegeliano-marxista e que, por conseguinte, torna-se blindado a qualquer visão sobre a alteridade que existe na individuação humana, técnica e natural. O autor teria um melhor aproveitamento e entendimento da problemática do paradigma midiológico se considerasse suas bases antropológicas. Com o entendimento do “ser técnico” e do “ser natural”, teria-se naturalmente uma ampliação do ser social: salientando o universo humano a partir da hibridez, da mediação sócio-técnica –, ao invés de pensar que, no (não)diálogo com a natureza e a técnica estão, em suas extremidades, sempre as mesmas pessoas, “o mundo da vida em sociedade” (RÜDIGER, p.16).

As “cartas aos amigos”, de nos falam Sloterdijk, são outras aqui. Pioneiramente, as aberturas neste sentido não estão somente em McLuhan, mas também foram dadas antes no chamado “primeiro” M. Heidegger e em G. Simondon (GENARO, 2010). As sugestões destes filósofos (não exclusivamente) foram distribuídas e estudadas em autores como Merleau-Ponty, Deleuze, Bernard Stiegler, Bruno Latour, e em quase todos os autores do paradigma midiológico contemporâneo

(e, nota-se, que mesmo no marxismo, autores como Maurizio Mazzarato, Antonio Negri e Michael Hardt gesticulam a respeito).

O segundo ponto, como consequência do acima, é a superação da ideia de determinismo técnico que o autor usa como forte argumento de crítica. A natureza não é algo exterior à constituição do sujeito, não é algo que está dado objetivamente e em assimetria com a sociedade. Do mesmo modo, as tecnologias não são meramente “meios”, externos. E isso poderia ficar bem esclarecido, uma vez que só assim o relacionamento homem-técnica entraria também, essencial e analiticamente, como evidenciadoras do problema da comunicação. Falar da técnica exclusivamente no âmbito do ‘instrumento’ ou do ‘meio’ não leva em conta a sua dimensão *constitutiva*, que não está na relação homem-natureza-técnica.

A permanência do determinismo tecnológico no interior do legado cartesiano reside, assim, no fato de que só considera as transformações na percepção e na memória, mantendo a separação entre sujeito e tecnologia. Como se o fluxo de consciência e a capacidade de refletir ou de organizar argumentos complexos não fossem transformados pelo surgimento de novos objetos, como a linguagem, a escrita, o computador, etc.” (VAZ, 2002, p.9).

Novas tecnologias estão mudando paradigmaticamente vários termos do humano: corpo, guerra, visão, cognição, espaço, tempo e, enfim, a própria comunicação social. Não será com o emprego do tradicional argumento de ‘determinismo técnico’, com a técnica aparecendo como algo ‘de fora’, ‘intervindo’ na cultura e história, que poderemos compreender a complexidade a respeito.

Mesmo um autor como McLuhan, muito mais do que “redução” e “confusão” sobre as quais advoga Rüdiger, teve importantes intuições pioneiras. Como bem escreve FERREIRA (2004, p.39), no limite, levar a sério a “suplementaridade técnica” do humano

Não significa dizer, como McLuhan, ou o mcluhanismo em Baudrillard ou Virilio, por exemplo, que nosso meio técnico constitui sempre a mensagem fundamental sobre a qual jogaríamos com algumas ‘possibilidades fechadas de dicção’. Isso quer dizer que nos abrimos para o mundo, e o constituímos, *a partir de possibilidades técnicas sempre conflitantes, ambíguas (...)*” (FERREIRA, 2004, p.39, grifo nosso).

E o modo de pensar aqui não se confunde nem com o fim da “crítica social”, nem com perspectivas francamente ideológicas americanas e inglesas do “pós-humanismo” na computação e engenharia avançadas (do qual Rüdiger fez em outros trabalhos contribuições importantes).

Pensar a *ambiguidade* da técnica, em última instância, não se faz dissociando conhecimento (*episteme*) e prática (*teckne*). O que fica evidente – aqui falando com a partir das “cartas” de autores como M. Foucault, P. Sloterdijk, J. Derrida, A. Leroi-Gourhan – é que, em sentido amplo, ‘a fala é uma técnica’, ‘a escrita é uma técnica’... e, a bem dizer, poderia até se falar que ‘a técnica precede ao dizemos ser hoje o humano’. Não foi à toa que apareceram, no século XX, teses ora linguísticas, ora epifilogénéticas ou mesmo anatomísticas a respeito do “humano” (NEVES, 2006).

O terceiro ponto estaria, propriamente, referido à (nova) concepção do *comunicar* e, imediatamente, de indicações para uma relação não-cindida entre a “teoria da comunicação” e a “teoria da mídia”. A partir de uma revisão que acompanha os limites das concepções tradicionais sobre a teoria do sujeito, a natureza humana e o determinismo técnico, é possível construir propostas para tanto.

Felizmente, trabalhos inovadores de autores brasileiros (FELLINTO, 2011; MARCONDES, 2011) podem nos ajudar a mostrar brevemente os caminhos para o que vem a ser *comunicar* no mundo contemporâneo. Tanto Fellinto como Marcondes concordam em um ponto central: sobre a insuficiência da ‘metafísica da comunicação’.

A concepção comunicacional clássica engendrou uma espécie de ‘metafísica da comunicação’ que nos tornou, talvez, confiantes demais em sua eficácia e transparência. Uma metafísica fundada em pressupostos humanistas, na qual o sujeito humano ocupa posição absolutamente central, como senhor e mestre da tecnologia e do significado. (FELLINTO, 2011, p.7),

MARCONDES, por sua vez, sintetiza e conclui:

tentar definir a comunicação é o mesmo que ceder à pressão de uma ontologia. O problema histórico das ontologias foi o de se deixarem seduzir pela tentação metafísica (...). Nós só conseguimos nos livrar disso a partir do momento em que virmos a comunicação em seu movimento, em sua mudança, em sua contínua transformação. (2011, p.6-7)

Os autores acima conseguem rumar bastante em direção à renovação. Aqui, contudo, é oportuno apenas notar o ponto em que a opção pela hidridez homem-técnica-natureza anuncia mudança na visão da dissociação entre ‘teoria comunicação’ vs. ‘teoria da mídia’. Em FELLINTO (2011, p.7): “falar em um *apriori medial* significa dizer que as tecnologias de comunicação e informação constituem elemento central na determinação das realidades humanas e dos processos de cognição”...

Nosso conceito de comunicação não privilegia os sujeitos. Em princípio, não há sujeitos. Há um todo emaranhado de linhas e de ligações – sociais, históricas, políticas, culturais, econômicas, religiosas, subjetivas

– e as pessoas são constituídas e constituem esse complexo. Para alguns, a conectividade eletrônica *realiza* essa ligação social, agora de nova forma. Mas aqui nós nos deparamos, mais uma vez, com fenômenos similares mas estruturalmente distintos² (MARCONDES, 2011, p.6)

A atitude de revisão do antropocentrismo biológico não tem nada 'contra o homem'. Como pensa M. SODRÉ (2007, p.20-1), se vivemos um *bios midiático* hoje, isto vem deliberar, essencialmente, uma nova 'força metafísica que possibilita a expansão da vida'. Isto não retira a disposição subsequente de problematizar politicamente as ligações sócio-técnicas desse novo *bios*. O brasileiro Sodré enfatiza a mudança que ocorre em captar isso:

com o intuito, de ver além da pura dimensão de controle ou dominação, nós introduzimos o conceito do bios midiático, que é a configuração comunicativa da virtualização generalizada da existência, a partir dos bios estruturantes da pólis (...). Esse novo bios é a sociedade midiaticizada enquanto esfera existencial capaz de afetar as percepções e as representações correntes da vida social, inclusive de neutralizar as tensões do vínculo comunitário. (2007, p.20)

Sumarizo que os pontos destacados parecem ser bastante pertinentes e de suma importância para os debates contemporâneos. É preciso louvar que as "teorias da comunicação" de Rüdiger refletem, com argumentos fortes e amadurecidos, uma maneira de pensar e as preocupações políticas que estão por trás. Neste artigo tentamos, todavia, mostrar também limites e divergências a este modo de pensar. No livro, uma oportunidade de debate mais produtivo sobre as questões apontadas por nós é ligeiramente dirigida quando se analisa alguns trabalhos do português Adriano D. Rodrigues. Contudo, apesar de destacar como "sedutora" e "aberta à discussão", logo finaliza com as resoluções mais peremptoriamente:

(...) saber se, procurando superar o determinismo tecnológico em relação às modificações ocorridas no processo de interação, seu formulador não terminou sucumbindo às ilusões de um discurso de natureza ontológico (historial) sobre a técnica e a cultura. Poderíamos, por outro lado, pensar também se, conforme outros sugerem, a tecnificação da interação social a que assistimos, na verdade, não passa de um modo, problemático é certo, de instituição (imaginária) de regime simbólico que preside a toda comunicação (RÜDIGER, 2011, p.130).

² Para dissipar a curiosidade do leitor, em Marcondes (*idem*, p.4), a comunicação torna-se "um conceito negativo. Ela se realiza pela quebra, pela negação do padrão, pelo fato de provocar uma ruptura, uma dissonância naquilo que existia. Ela corrói a positividade do estabelecido e do existente e introduz um elemento perturbador, instigador, incômodo, que nós aceitamos ou não, o incorporamos ou não, dependendo de nossa capacidade ou interesse na abertura de nós mesmos ao Outro".

Referências

- COHN, Gabriel, 1980, "O meio é a mensagem: análise de McLuhan" (p.363-371). In: Cohn, G. (org.), **Comunicação e Indústria Cultural**, Nacional/Edusp, São Paulo.
- FELLINTO, Erik, 2011, "Da teoria da comunicação às teorias da mídia: ou, temporando a epistemologia com uma dose de cibercultura". In: **XX Encontro da Compós**, UFRGS, Porto Alegre, Julho-2011.
- FERREIRA, Jonatas, 2004, "A condição pós-humana: ou 'como pular sobre nossa própria sombra'". In: **Revista de Ciências Sociais**, nº21, out-2004.
- GENARO, Ednei de, 2010, "Convergências e divergência dos discursos de Heidegger e Simondon sobre a técnica moderna". In: **Revista Tecnologia e Sociedade**, nº11, 2ºS.-2010.
- MARCONDES FILHO, Ciro, 2011, "De repente, o prédio falou comigo. Anotações sobre experiências metapóricas em Teoria da Comunicação". In: **XX Encontro da Compós**, UFRGS, Porto Alegre, Julho-2011.
- NEVES, José Pinheiro, 2006, **O apelo do objeto técnico**. Campo das Letras, Porto.
- RÜDIGER, Francisco, 2011, **As teorias da comunicação**. Penso, Porto Alegre, 152p.
- SODRÉ, Muniz, "Sobre a *episteme* comunicacional". In: **Revista Matrizes**, nº1, Outubro, 2007
- SLOTEDIJK, Peter. **Regras para o parque humano: uma resposta à carta de Heidegger sobre o humanismo**. Estação Liberdade: São Paulo, 2000.
- VAZ, Paulo, 2002, "História das tecnologias cognitivas". In: **XI Encontro da Compós**. Grupo de Trabalho "Comunicação e Cibercultura", UFRJ, Julho-2002.